

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E LETRAMENTO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Sandro Bochenek¹

RESUMO: O presente artigo busca traçar uma relação entre variação linguística e letramento, além de apontar a importância dessas temáticas para a sociedade de modo geral. Recorre-se, para tanto, a autores como Soares (2001, 2004 e 2007), Bagno (2004), Lucchesi (2004a e 2004b), Labov (2008), Bakhtin (1995), Bourdieu (1998), entre outros, além de análises da legislação educacional vigente, para melhor elucidar o tema proposto. A variação linguística é inerente ao uso da língua, à sociedade e, em contrapartida, às relações por ela estabelecidas. Dessa forma, torna-se indispensável discuti-la à luz das mais diversas teorias, buscando uma interação com o universo social. Espera-se que os resultados ora apontados possam instigar futuras pesquisas acerca do assunto, além de auxiliar nos caminhos educacionais a serem futuramente trilhados.

PALAVRAS-CHAVE: Variação Linguística. Letramento. Ideologia.

LINGUISTIC VARIATION AND LITERACY: A NECESSARY DISCUSSION

ABSTRACT: This article explains a relationship between linguistic variation and literacy, and also show the importance of these issues for society in general. It resorts to many the authors as Smith (2001, 2004 and 2007) , Bagno (2004) , Lucchesi (2004a and 2004b) , Labov (2008) , Bakhtin (1995) , Bourdieu (1998) , We still have to research the educational legislation, to better explain the themes of this article. Linguistic variation is inseparable from the use of language, and the relationship established by them. So we discuss this article on many theories, seeking an interaction with the social world. Expected that the results of the matters discussed in this article helps to think in future research and also help in future educational area.

KEYWORDS: Linguistic Variation . Literacy . Ideology.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende apresentar a relação entre variação linguística e processo de letramento, buscando-se elucidar algumas questões que

¹ Graduado em Letras tradutor intérprete. Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho(2009). Atualmente é PROFESSOR do COLEGIO NOVO HORIZONTE ENSINO DE 1 E 2 GRAUS e PROFESSOR do Colégio Estadual Jardim Europa em Toledo-PR

envolvem os fenômenos. Tendo em vista que a variação linguística é um fenômeno inerente ao uso da língua e ocorre em várias direções, pode-se afirmar que a observação de todos os fenômenos que afetam a identidade linguística de uma realidade complexa como a brasileira é impossível de ser precisamente descrita, considerando-se a heterogeneidade de todos os processos históricos que a compuseram, até resultar no que se chama atualmente de “português brasileiro”.

O ponto de partida para o estudo do fenômeno da variação é a definição do tipo de elemento que será observado, e que poderá ser de ordem estrutural, implicando determinados tipos de construções gramaticais, ou de ordem social, envolvendo fenômenos externos à língua e mais difíceis de serem corretamente analisados, até mesmo pelas diversas forças de caráter extralinguístico, que interagem e afetam a relação língua/sociedade.

Nessa perspectiva, esse artigo utilizará como fundamentação e como norte da pesquisa os estudos de sociolinguística e do letramento, em virtude de sua contemporaneidade e da capacidade sistêmica de ambos em descrever os fenômenos que se pretende observar. Ao reconhecer o fenômeno da variação, a sociolinguística propõe não apenas um rompimento com o estruturalismo, mas uma evolução em termos de observação, análise e descrição das muitas possibilidades do complexo sistema de comunicação e da interação social definida como “língua”.

Verifica-se, atualmente, uma lacuna em boa parte das pesquisas sobre variação linguística, pois muitas se preocupam com a observação de *corpus* segmentados, selecionados com base em algum aspecto regional de determinada construção linguística, a fim de se descrever o fenômeno observado ou foram elaboradas objetivando a viabilização de mapas linguísticos, o que não deixa de ser louvável e extremamente necessário.

O diagnóstico que se estabelecerá com o presente estudo contribuirá, basicamente, como forma de auxiliar ao professor de língua portuguesa, de modo a identificar quais estudos deverão ser priorizados, objetivando a promoção do letramento dos alunos, especificamente de interpretação de textos e outros fenômenos como as concordâncias nominal e verbal praticadas pelos alunos.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Os estudos linguísticos ganharam novo panorama com a sociolinguística – iniciada por William Labov a partir dos anos 60, rompendo com os paradigmas propostos pelo estruturalismo que desconsidera o fenômeno da variação linguística e a heterogeneidade do sistema, questão vista como algo rígido que *deveria* funcionar de acordo com as regras linguísticas rígidas e homogêneas. “Era preciso considerar a variação como parte integrante do sistema lingüístico para que ela constituísse objeto da análise lingüística sistemática; rompendo, assim, com a visão estruturalista de que o sistema lingüístico seria o domínio da invariância” (LUCCHESI, 2004b, p. 166).

A língua, assim como a sociedade, não é (e nem poderia ser) homogênea e, nesse sentido, a sociolinguística surge no contexto dos estudos buscando a observação bem como a descrição de fenômenos das mudanças linguísticas na sociedade e a influência destas [mudanças] em contextos específicos, objetivando a explicação de determinados fenômenos de variação e mudança em contextos sociais particulares.

O objeto de estudos da sociolinguística, por analisar conjuntamente aspectos linguísticos e sociais, se aproxima de outras áreas do saber. Dessa forma, Monteiro (2000) esclarece a diferença entre os objetos de estudo da sociolinguística e da sociologia da linguagem, de modo a evitar confusão metodológica entre ambas:

[...] a sociolinguística analisa os aspectos sociais com o intuito de compreender melhor a estrutura das línguas e seu funcionamento. Por sua vez, a sociologia da linguagem busca alcançar um melhor entendimento da estrutura social através do estudo da linguagem. A diferença, em última análise, é uma questão de ênfase, conforme o pesquisador esteja mais interessado pela linguagem ou pela sociedade. (MONTEIRO, 2000, p. 28).

Observa-se que os moldes de estudos linguísticos difundidos e praticados nas escolas brasileiras, avalizados por alguns pesquisadores “canônicos” e por meios de comunicação de massa, desautorizam questões relativas às inúmeras variações existentes no âmbito social e difundem ao mesmo tempo um molde lingüístico como “correto” e como modelo ideal

a ser alcançado, sendo frequentemente prescrito o modelo sugerido pela gramática normativa tradicional. Lucchesi (2004a, p. 63), assevera que “À heterogeneidade real do comportamento lingüístico dos indivíduos contrapõe-se a homogeneidade artificial do padrão normativo ideal”.

E esse ideal linguístico a ser alcançado deixa de lado, por sua vez, a questão da pluralidade que, por várias razões, se mostra complexa de ser precisamente descrita. Pode-se afirmar que hoje existe uma imensurável quantidade de “línguas” coexistindo no Brasil, variando em função de faixa etária, questões geográficas, escolaridade, classe social, entre outras e, por esta razão, nenhum estudo linguístico daria conta de descrever *todos* os fenômenos que afetam a língua nesses variados contextos. Apesar do escamoteamento da questão da diversidade, as variabilidades sempre existiram, como se pode observar nas reflexões de Camara Júnior (2009), o que leva a haver sempre duas preocupações descritivas coexistindo: a descrição da regularidade e da irregularidade. Para o filólogo “De qualquer maneira, a invariabilidade profunda em meio de variabilidades superficiais, é inegável nas línguas” CAMARA JÚNIOR (2009, p. 17).

Nesse sentido, o ensino de língua materna pautado na gramática normativa como modelo linguístico a ser alcançado sugere que se conduza o estudante ao domínio de uma norma linguística tida como única, correta e desejável, em que se desconsidera todo o repertório linguístico do aluno, porque este é tido como errado, feio e inadequado.

Faz-se pertinente, entretanto resgatar os conceitos de *norma* elucidados por Lucchesi (2004a), no sentido de demonstrar que mesmo que se proponha que os estudos linguísticos devem seguir um percurso relativo a uma normatização de utilização de um padrão linguístico, é necessário se definirem as diferentes possibilidades relativas ao que se entende por norma, pois mesmo esta possui variações interpretativas e metodológicas diferentes:

[...] NORMA OBJETIVA e NORMA SUBJETIVA: aquela relativa a padrões observáveis na atividade linguística de um grupo determinado, esta relativa a um sistema de valores que norteia o julgamento subjetivo do desempenho linguístico dos falantes dentro de uma comunidade.

[...] NORMA PADRÃO e NORMA CULTA: a primeira reuniria as formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas enquanto a segunda

conteria as formas efetivamente depreendidas da fala dos segmentos plenamente escolarizados, ou seja, dos falantes com curso superior completo. (LUCCHESI, 2004a, p. 64-65).

Analisando-se separadamente cada um dos conceitos apresentados por Lucchesi (2004a), facilita-se a tarefa de entender quais caminhos a análise da variação linguística pode trilhar, o que auxilia no desenho de um panorama da vasta heterogeneidade linguística e também das diversas forças que interagem ao mesmo tempo em um sistema linguístico complexo como o brasileiro. Nesse sentido, a distinção entre norma objetiva e subjetiva se mostra oportuna no sentido de guiar a análise de observação para padrões que podem ser demonstrados e efetivamente descritos ou para padrões de julgamento subjetivos realizados por falantes de um determinado grupo de uma comunidade de fala. Nota-se, ainda, que, permeada por tal distinção, uma pesquisa linguística poderia descrever os inúmeros padrões linguísticos observáveis e contrapô-los às atitudes e aos julgamentos subjetivos dos falantes frente a eles. Já a distinção proposta entre norma padrão e culta é mais fácil de ser entendida – pelo menos conceitualmente – sendo aquela relativa aos padrões descritos pelas gramáticas normativas e esta relativa ao modelo próximo da língua falada por pessoas plenamente escolarizadas, letradas e em situações “reais” de comunicação.

Tomando-se como base tais distinções, observa-se que são possíveis vários tipos de análises linguísticas de um mesmo *corpus*, além de também serem variadas as possibilidades de coleta de material para análise, cada qual possibilitando a observação de um determinado fenômeno linguístico diferente.

No sentido de nortear as discussões acerca do objetivo dos estudos linguísticos, Labov (2008) equaciona cinco perguntas centrais da evolução linguística, as quais são objetivos maiores da sociolinguística respondê-las, conforme abaixo descritas:

1. Existe uma direção geral para evolução linguística?
2. Quais são os condicionantes universais da mudança linguística?
3. Quais as causas do surgimento contínuo de novas mudanças linguísticas?
4. Por meio de que mecanismos as mudanças ocorrem?
5. Existe uma função adaptativa na evolução linguística? (LABOV, 2008, p. 192).

Labov (2008) aponta três problemas da variação linguística: *problema da transição*, *do encaixamento* e *da avaliação*, os quais são capazes de auxiliar na busca às respostas das perguntas acima.

O problema da transição consiste na observação e na descrição de como se opera uma mudança linguística a partir de um estágio anteriormente observado, ou seja, a análise da variação é descrita de um ponto inicial de origem do fenômeno até outro em que o estágio da mudança já se mostra visível ou totalmente concluído.

O problema do encaixamento visa descrever o fenômeno da variação linguística tendo como ponto de partida a observação deste nos sistemas linguísticos e sociais (não linguísticos). Nesse sentido, o objetivo da análise variacionista se concentra na observação dos fenômenos linguísticos e no reflexo dessas mudanças em termos sociais. Estudos relativos aos preconceitos linguísticos podem ser encaixados nessa modalidade.

O problema da avaliação procura refletir questões concernentes às relações subjetivas inconscientes, aos valores da própria variável linguística e ao papel do falante no processo de mudança e o quão este falante está ou não consciente do processo de mudança.

No que se refere à seleção do *corpus* para análise da variação linguística em curso, são possíveis observações de duas modalidades de tempo diferentes, a saber: o *tempo real* e o *tempo aparente* (LABOV, 2008). Tempo aparente consiste na observação de *corpus* coletados de duas gerações (ou mais) da mesma comunidade de fala. A seleção de informantes na sociolinguística, praticada desta forma, possibilita a observação imediata do fenômeno da variação, bem como a constatação (ou não) de uma variação linguística em curso que poderá ocorrer por razões diversas. A variação em tempo real consiste na coleta de dados em determinado momento e exige que o pesquisador retorne futuramente em momento predeterminado, a fim de realizar a coleta de dados para a observação e a descrição do fenômeno da variação. Vale ressaltar que a grande mobilidade social – decorrente, em grande parte, do crescimento das cidades e do êxodo rural em ascensão – poderá alterar de maneira muito significativa a comunidade de fala observada, de modo a invalidar por completo a pesquisa realizada, caso esta se prolongue muito no eixo temporal. Além disso, o

fenômeno observado também poderá se prolongar por tempo indeterminado ou até desaparecer, tendo em vista que muitas são as forças que interagem no aparelho linguístico ao mesmo tempo, sem que haja a possibilidade de se afirmar com segurança que determinado fenômeno observado terá a conclusão esperada ao término da pesquisa.

A variação linguística observada por Labov (*apud* MONTEIRO, 2000) revela o que pretende demonstrar a sociolinguística: que existem, assim como nas comunidades complexas (reais), regras variáveis e invariáveis exercendo forças no sistema linguístico, e que estas regras são possíveis de serem observadas e precisamente descritas. Desse modo, a variação linguística representa também, variações sociais e relações de poder entre grupos sociais distintos.

[...] cada vez mais se aceita a idéia de que a heterogeneidade linguística reflete a variabilidade social e as diferenças no uso das variantes linguísticas correspondem às diversidades dos grupos sociais e à sensibilidade que eles mantêm em termos de uma ou mais normas de prestígio. (MONTEIRO, 2000, p. 58).

Como citado anteriormente, o sistema linguístico possui regras variantes e invariantes que operam forças da seguinte maneira: as regras invariantes consistem em moldes imutáveis dentro de um sistema linguístico complexo, impossibilitando que determinados elementos sejam invertidos, o que pode até, em muitos casos, impedir a comunicação. Construções realizadas com inversão de elementos invariantes da língua geralmente são produzidas por estrangeiros que estão aprendendo uma segunda língua e acabam por aplicar regras de sua língua materna à língua alvo, como se estas regras fossem equivalentes, o que causa produções inadequadas (agramaticais). Todavia, construções agramaticais dificilmente serão produzidas por falantes maternos, pois as variações serão produzidas tocando em pontos relativos ao estilo ou de cunho social.

Todo sistema linguístico é dotado, pois, de um conjunto de regras que não podem ser infringidas, sob pena de dificultar ou mesmo inviabilizar a compreensão dos enunciados. A esse conjunto de leis internas se costuma dar o nome de *invariante*.

Mas, além das regras *categóricas* ou *invariantes*, existem e, sem dúvida em

maior abundância, as regras *variáveis*. Aplicam-se sempre quando duas ou mais formas estão em concorrência num mesmo contexto e a escolha de uma depende de uma série de fatores, tanto de ordem interna ou estrutural como de ordem externa ou social [grifos do autor] (MONTEIRO, 2000, p. 58).

As regras variantes da língua são mais complexas de serem analisadas e consistem naquelas que podem mudar para atender a um fim comunicativo específico, em razão do desejo do falante ou em razão de competência (se é que se pode assim dizer) para fazê-las. Essas regras podem coexistir ou se apresentar em concorrência umas com as outras e a escolha realizada dependerá de uma série de fatores tanto de ordem interna (estrutural) quanto externa (social).

Com objetivo de atender a uma necessidade comunicativa específica, o falante tem à disposição, na língua, uma infinidade de variações possíveis e poderá optar por uma delas para atender a um fim peculiar. Obviamente, a opção realizada por uma ou outra variedade linguística esbarra numa série de outros fatores que estão correlacionados, como por exemplo, questões sociais e de competência comunicativa. No sentido de ilustrar o que aqui se pretende demonstrar, pode-se citar uma variante linguística utilizada informalmente por um indivíduo qualquer numa conversa de bar e a variante utilizada formalmente por esse mesmo indivíduo durante uma palestra. Nesse exemplo, o indivíduo opta por um determinado estilo linguístico para atender a uma necessidade comunicativa específica.

Todavia, nem sempre se dispõe dessa opção para utilizar um determinado registro linguístico. Nesse caso, a opção é condicionada por uma questão de *competência* em realizar determinadas construções, disponíveis no repertório. Essa questão toca em temas sociais complexos que variam de acordo com escolaridade, condição econômico-financeira, papel social, profissão, faixa etária, sexo, religião, local de residência (geograficamente), enfim, uma série de forças interagindo ao mesmo tempo e também variando de acordo com as intenções comunicativas. É justamente isolando algumas dessas variantes, que a sociolinguística procura observar o fenômeno da mudança e da variação linguística, buscando no meio social (real) a explicação lógica para determinados fenômenos.

O fenômeno da variação linguística em termos sociais esbarra, ainda,

fortemente em questões relativas ao preconceito linguístico e ao jogo de poder e domínio de classes sociais dominantes sobre as classes sociais dominadas. Sobre esse aspecto, Gnerre (2003) nos esclarece que:

[...] o problema é, por um lado, de compreensão de mensagens e conteúdos e, por outro lado, de produção de mensagens. A começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder. Para redigir um documento qualquer de algum valor jurídico é realmente necessário não somente conhecer a língua e saber redigir frases inteligíveis, mas conhecer também toda uma fraseologia complexa e arcaizante que é de praxe (GNERRE, 2003, p. 22).

Esse aspecto de análise da variação linguística se mostra relativamente complexo de ser realizado por possibilitar a combinação de diversas áreas do saber: como discutir preconceito linguístico e lutas de classes sociais (mesmo exercido por meio da língua) sem falar em política, história, antropologia ou sociologia? Nessa perspectiva, acredita-se que a sociolinguística seja capaz de descrever apenas uma pequena parte no que tange a questões de tamanha complexidade.

A sociolinguística descreve que construções inovadoras na língua geralmente são estigmatizadas num primeiro momento, o que geralmente desaparece na medida em que o uso desta nova construção substitui a construção anterior. Nessa vertente de raciocínio, a construção anterior que gerou a sentença inovadora ganha *status* de arcaica. A esse respeito Monteiro (2000, p. 65) aponta que, “Em geral, quando se trata do dialeto padrão, a primeira [forma conservadora] é a que goza de maior prestígio na comunidade, a inovadora, até ser aceita, sofre alguma restrição ou estigma”.

Construções inovadoras e/ou diferenciadas geradas por fenômenos da língua são também responsáveis, em grande parte, por preconceitos e discriminações contra os geradores de tais estruturas. Entretanto, em termos legais, não há nenhuma recomendação a fim de inibir tais atitudes preconceituosas, como se pode observar na asserção abaixo:

Segundo os princípios democráticos, nenhuma discriminação dos indivíduos tem razão de ser, com base em critérios de raça, religião, credo político. A única brecha deixada aberta para a discriminação é aquela que

se baseia nos critérios da linguagem e da educação (GNERRE, 2003, p. 25).

O que se pretende aqui, entretanto, é demonstrar que alguns dos aspectos relativos à variação são fenômenos perfeitamente observáveis nos meios sociais mais/menos cultos e representam características linguísticas que sofreram um processo de variação já totalmente concluído e, possivelmente, representaram em outros tempos motivo de estigmas sociais. Em outros casos, registros linguísticos hoje utilizados por alguns grupos sociais – embora sejam perfeitamente compreensíveis por pessoas de camadas sociais mais elevadas – talvez jamais atinjam *status* de registros linguísticos socialmente aceitos, pois, embora sejam capazes de estabelecer comunicação com clareza, representaram, antes, grupos sociais específicos e socialmente discriminados. Por assim ser, verifica-se que o que se define por preconceito linguístico é, em sua gênese, puro e simplesmente preconceito social.

VARIAÇÃO, LETRAMENTO E SOCIEDADE

Em estudos recentes de *letramento* (que o diferem conceitualmente de *alfabetização*), é depositada parte da esperança de se resolverem (por meio da capacidade de reflexão crítica) questões de ordem social relativas aos problemas de variação linguística. A respeito da diferenciação conceitual entre letramento e alfabetização, de acordo com Soares (2001, 2004 e 2007), pode-se entender por alfabetização o domínio da “tecnologia” propriamente dita da escrita, ou seja, do manuseio correto das “ferramentas” necessárias à escrita (lápiz, borracha, caderno, papel, caneta, computador), à atribuição do significado do “desenho” das letras. Ao passo que *letramento* consiste no domínio e uso propriamente dito da tecnologia da escrita. Assim sendo, qualquer situação de interação social em que a escrita seja considerada elemento de valor, denomina-se um “evento de letramento”.

Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se letramento, que implica habilidades várias, tais como a interação com os outros; a imersão no imaginário, no estético; a ampliação de

conhecimentos; a sedução ou indução; a diversão; a orientação; o apoio à memória; a catarse...; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos [...] (SOARES, 2004, p. 91).

Os conceitos de letramento podem ainda ser subdivididos em dois grupos distintos, a saber: a “versão fraca” e a “versão forte”. A versão fraca define-se por eventos de letramento praticados de modo que o indivíduo possa exercer “mobilidade social” e garantir o funcionamento pleno da sociedade complexa e tecnológica. Desta forma, esta modalidade “funcional” de letramento avizinha-se do que se define conceitualmente por alfabetização funcional.

As práticas de letramento necessárias ao desenvolvimento de reflexões sobre a língua, de modo que atendam à necessidade de resolução de conflitos nas relações sociais, ou seja, é a versão “forte”, como se refere Soares (2001):

[...] os conceitos de letramento que enfatizam sua dimensão social fundamentam-se ou em seu valor pragmático, isto é, na necessidade de letramento para efetivo funcionamento da sociedade (a versão “fraca”), ou em seu poder “revolucionário”, ou seja, em seu potencial para transformar relações e práticas sociais injustas (a versão “forte”). Apesar dessa diferença essencial, tanto a versão “fraca” quanto a versão “forte” evidenciam a relatividade do conceito de letramento: porque as atividades que envolvem a língua escrita dependem da natureza e estrutura da sociedade e dependem do projeto que cada grupo político pretende implementar, elas variam no tempo e no espaço. (SOARES, 2001, p. 78).

Nota-se que, ao analisar as variedades linguísticas de prestígio frente às variedades linguísticas socialmente estigmatizadas, aproximam-se conceitualmente os estudos de variação linguística e letramento. Percebe-se, ainda, a pertinência bem como a urgência de estudos de variação que tenham como objetivo analisar e descrever não apenas fenômenos de ocorrências na estrutura da língua, mas também observar esses fenômenos numa escala social que possa ser mensurada em níveis de letramento. Esses níveis podem variar de rudimentares (exercidos por meio de terceiros); intermediários que garantem ao sujeito a mobilidade na sociedade ou, ainda, práticas exercidas com altíssima complexidade estrutural visando atingir o mais alto nível de compreensão e comunicação possíveis (ou não, se for o objetivo).

Há, inclusive, recomendação na própria legislação educacional brasileira (BRASIL, 1999) orientando para que as práticas de ensino promovam – no que for possível promover – o domínio por parte do aluno de mecanismos linguísticos capazes de identificar diferentes modos de linguagem, em especial, aquelas que buscam enganar o interlocutor, subjugando-o às intenções de comunicação que se objetiva serem alcançadas.

Deve-se compreender o texto que nem sempre se mostra, mascarado pelas estratégias discursivas e recursos utilizados para se dizer uma coisa que procura “enganar” o interlocutor ou subjugar-lo. Com, pela e na linguagem, as sociedades se constroem e se destroem. É com a língua que as significações da vida assumem formas de poesia ou da fala cotidiana nossa de cada dia. (BRASIL, 1999, p. 140).

Para Bakhtin (1995), por meio da língua são exercidas relações de dominação ou de poder, e também dominação de ideologias. Então, falar de variação envolve uma complexa interação de forças linguísticas e extralinguísticas por vezes opostas.

[...] A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc. [...] Todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. [...] A variação é inerente à língua e reflete variações sociais; se, efetivamente, a evolução, por um lado, obedece a leis internas (reconstrução analógica, economia), ela é, sobretudo, regida por leis externas, de natureza social (BAKHTIN, 1995, p. 15).

Bourdieu (1998) argumenta que muitos dos meios de comunicação de massa estão à disposição de classes dominantes e, dessa forma, as transmissões são criadas de modo a construir uma determinada mensagem objetivando uma determinada interpretação, por vezes destinada unicamente a atender objetivos mercadológicos:

Com efeito, é preciso ter muita fé nas capacidades de “resistência” do povo (capacidades inegáveis, mas limitadas) para supor, com certa “crítica cultural” dita “pós-moderna”, que o cinismo profissional dos produtores

de televisão, cada vez mais próximos dos publicitários em suas condições de trabalho, em seus objetivos (a busca da audiência máxima, portanto do “pouco mais” que permite “vender melhor”) e em seu modo de pensar, possa encontrar seu limite ou seu antídoto no cinismo ativo dos espectadores [...] (BOUDIEU, 1998, p. 103).

Observa-se que quando não há respeito ou mesmo reconhecimento na naturalidade inerente ao fenômeno da variação linguística, permanece a ideia da existência de uma superioridade intelectual que exerce uma força dominante sobre uma classe tida como inferior, frequentemente dominada. Desta forma, percebe-se uma distância enorme entre o que é proposto em termos de legislação, capaz de formar um sujeito crítico e com nível de letramento adequado a exercer uma cidadania plena (versão forte), e o ensino praticado, capacitando, quando muito, cidadãos com nível funcional de letramento (versão fraca), em nome de interesses comerciais, entre outros, de uma minoria.

É nesse sentido que se encontra o elo entre estudos de variação linguística e letramento, de modo a buscar a relação existente entre aspectos variantes e invariantes da língua, em escala de competência comunicativa (seja da língua oral ou escrita), de modo a poder identificar em quais aspectos há necessidade de maior atenção por parte do professor e também de modo a proporcionar um estudo capaz de levar o aluno ao domínio da maior quantidade possível de registros linguísticos diversos, o que, acredita-se, o auxiliará na tarefa de exercer plenamente uma cidadania mais autônoma e menos sujeita a relações de conflito.

O desenvolvimento dos processos de mudança da língua, que se atualizam na variação estruturada nos padrões coletivos de comportamento linguístico, é decisivamente determinado pelo sistema social de avaliação das variantes linguísticas, que nada mais é do que reflexo das relações de poder que se estabelecem e se legitimam e pela rede de interações verbais que possibilitam a socialização dos indivíduos e a organização social da comunidade. Os juízos de valor acerca da variação linguística não apenas regulam o desempenho verbal dos indivíduos, como definem também as tendências de mudança da língua. (LUCCHESI, 2004a, p. 86).

Acredita-se ainda, que o estudo da variação linguística encontra razão de ser na possibilidade de propor reflexões dos múltiplos fenômenos

possíveis que interferem na linguagem e a necessidade de entendê-los e respeitá-los a fim de evitar o domínio ideológico imposto aos socialmente menos favorecidos.

Discursos normativos cada vez mais vêm perdendo espaço no campo das discussões – até pela falta de cientificidade que há na prescrição de normas – já que é papel fundamental da ciência observar e descrever fenômenos relativos a diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, é papel de ciência da linguagem observar, descrever e explicar o motivo da ocorrência de certas construções e, desta forma, a classificação de determinadas fatos como “certos” ou “errados”, “feios” ou “bonitos” não encontram razão de ser. Muitos paradigmas foram rompidos com observações científicas de fenômenos diversos e assim se acredita que as diferentes ciências que observam fenômenos sociais e linguísticos caminham nessa mesma direção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou questões sobre a relação entre variação linguística e letramento, a fim de elucidá-las, de modo a contribuir para um melhor ensino de língua materna que vise à real promoção do letramento do aprendiz. Para tanto, foram utilizadas concepções de autores das respectivas áreas, para que chancelassem as ideias e argumentações por nós aqui apresentadas.

Acredita-se que a Sociolinguística, embora seja carente no sentido de não analisar aspectos relacionados aos muitos fenômenos linguísticos possíveis, até por não haver uma ciência capaz de abarcar todos os fenômenos que possam ocorrer quanto a determinado objeto de estudo, pode representar grande avanço nos estudos de língua materna, no sentido de nortear alguns dos caminhos obrigatórios a serem trilhados quando se analisa a questão da variação linguística.

Conforme apresentado ao longo do texto, o fenômeno da variação linguística pode ser dividido de várias maneiras distintas para ser analisado, as quais podem ser de caráter interno/estrutural ou externo e social, cada

qual objetiva unicamente a busca por explicações e descrições do complexo fenômeno da mudança linguística.

O propósito desta pesquisa também foi o de demonstrar a relação existente entre a variação linguística e a promoção de letramento no ensino de língua materna. Fato necessário a fim de que se esclareçam quais aspectos da língua sofrem maiores e menores mudanças e, portanto, exigem maior atenção por parte do professor, além de tornar evidente a necessidade pela busca constante por uma qualidade de ensino que seja capaz de promover a formação de cidadãos críticos e socialmente participativos.

Este artigo buscou, também, elucidar alguns dos caminhos possíveis de serem percorridos nos estudos acerca da variação linguística e, principalmente, propôs reflexões sobre algumas das implicações mais importantes desse fenômeno no universo social, no qual o reflexo ganha dimensões extralinguísticas e de fortes reflexos sociais.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LABOV, William. **Padrões sociolingüísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.
- LUCCHESI, Dante. Norma Lingüística e Realidade Social. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Loyola, 2004a. p. 63-92.
- _____. **Sistema, mudança e linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004b.
- MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo:

Cortez, 2007.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2007. _____. Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2004. p. 89-113.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Recebido em 10/08/2013 - Aprovado em 29/11/2013